Este arquivo é protegido por direitos autorais conforme a Lei nº 9.610/1998. A reprodução ou envio não autorizado é crime.

iNFRA Energia - Edição 224 - 31-10-2018 Serviço de Notícias - INFRAestrutura

Brasília, Segunda-feira, 31 de outubro de 2018 (*)
Ano XIII - Nº 224

Bom dia, "INFRANEIRO"!
Siga-nos no Twitter: @INFRAestrutura - 24h | 48h | 1Mês | Editorial/Brasil | Opinião/Política | Internacional

SETOR ELÉTRICO TENTA NOVA SOLUÇÃO LEGISLATIVA PARA O DGF, MAS SENADOR EDUARDO BRAGA VETA A MEDIDA

Leilão hidrelétrica Belo Monte, no Xingu, sai em 2019
O setor elétrico tentou inserta nova lei para 130 empilhar recentemente no Legislativo uma solução para a dívida do GSF (risco hidrológico), via emenda do senador Wilder Morais (DEM-GO), ao projeto de lei do senador Romário Cedido (DEM-GO). O projeto do Cedido (PLS 208/18) estabelece muitas a ser pago aos usuários do serviço de energia elétrica, e trancou em caráter terminativo na CI (Comissão de Infraestrutura) do Senado.

O senador Fernando Bezerra (MDB-PE) pediu ontem ao presidente da comissão, Eduardo Braga (MDB-AM), para pautar o projeto na sessão extraordinária de hoje (31). Bezerra é o líder do PSL (Blocos) e a emenda do GSF ao projeto mexe nesse ponto.

O texto da emenda feita pelo senador Wilder Morais prevê a prorrogação dos prazos dos contratos dos usinas para aliviar a dívida do GSF, mas renovava termos do que foi apresentado no projeto de lei que trata das distribuidoras de Eletrobras (PLC 77/18) - rejeitado pela Casa no dia 16 do outubro.

Braga: "Quem manda na comissão é o presidente"
Mas o senador Braga, que presidia a CI, disse à **Agência INFRA** ontem que não pretende pautar o projeto no senado extraordinário de hoje, primeiro para a análise do diretores da nomeação, e depois para a sabatina do diretores da nomeação.

"Quem manda na pauta da comissão é o presidente, não é? Então não vamos fazer a sabatina, e tenremos na pauta os projetos que já estavam lá, excluídos, os que foram pedidos de vista. Para isso, não vai entrar matéria extra na pauta. E essa matéria não está na pauta", disse Braga.

Para o senador, a questão legal do GSF já existe, e está na MP (medida provisória) 688, de 2015, não sendo necessária a inserção de mais projeto na Casa. "Já está resolvido do ponto de vista legal, e que precisa é resolver do ponto de vista regulatório, ou seja, a ANEEL regulamentar essa matéria", disse o senador.

O senador argumenta que a MP 688 (convertida na Lei 13.203/15), que trataria de uma alternativa para o GSF no ambiente regulado, prevê os instrumentos legais necessários para resolver também o mercado livre. "O GSF é um só, mas naquela altura a diretoria da ANEEL resolveu regulamentar só o mercado regulado, e resolua o mercado livre", disse o senador.

"Portanto, a ANEEL tem os instrumentos para o mercado livre e está resolvido. E resolu mais rápido e mais efetivo do que mandar um projeto de lei que está para o plenário do Senado, terá que ser votado aqui e depois terá que tramitar nas comissões da Câmara, para depois ser aprovada no plenário da Câmara. Sendo que em duas comissões a ANEEL resolver", disse Braga.

Pepitone: "ANEEL tem todas as condições"
Para o diretor geral da ANEEL, André Pepitone, a agência tem todas as condições, dentro da lei 13.203/15, para resolver a questão: "Não já fizemos uma resolução com as agentes e tenremos uma reuna no dia 5 de novembro. Temos aqui a convicção de que vamos encontrar no âmbito administrativo a solução para o GSF", disse Pepitone à **INFRA**.

Agentes: "O prazo seria 2 ou para no últimos 3 anos"
Mas os agentes que negociaram as emendas para o GSF junto aos parlamentares afirmam que a MP 688 resolveu o problema até o ano de 2021. Depois disso, um novo passaria se formou, e alcabemente chega a R$ 9 bilhões. "Para essas últimas três anos é preciso uma nova lei, que especificamente trate da prorrogação das usinomadas como forma de compensação", disse uma fonte. "A iniciativa da ANEEL resolve isso contado, mas infelizmente é insuficiente", disse uma outra fonte do setor.

DISPUTA PALO CONVIDO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA NO GOVERNO DE BOLSONARO SE ACIRRA

Da Agência **INFRA**

Na sucessão no cargo de ministro de Minas e Energia no governo de Jair Bolsonaro acentuou-se o caso da Segunda-feira a **Agência INFRA**, ainda ontem como governo nomes Adriano Pires (diretor do Centro Brasileiro de Infraestrutura), Paulo Pedrosa (ex-secretário executivo do extinto Lucian de Castro coordenador do programa de energia na campanha de Bolsonaro e professor na FGV), José Carlos Carvalho (deputado do DEM-ES Balisa), e Bernardo Cunha (também deputado pelo DEM, por Pernambuco, e ex-ministro de Minas e Energia).

Entre outros alternativa seria a nomeação de um militar para comandar a área, ou ainda a incorporação da MME pela super Ministério da Infraestrutura, que provavelmente ficará a cargo do general Osvaldo Ferreira. Essa última alternativa, de transformar a pasta em apenas uma secretaria, sofre forte oposição dentro do próprio grupo de Bolsonaro, e ou setor elétrico em geral, devido à complicadade do setor. Mas, no que dia respeito à sucessão pessoal do presidente eleito, nunca se sabe.

Pesquisa Ipsos-Bori, uma das candidatas ao cargo, é desaprovada (ótimo, disse que não quer o cargo) e indicou, ao lado Ipsos-Bori para o cargo de presidente. "O Adriano é um grande amigo, quadricular", disse Jordan, 53 anos, à **Agência INFRA**. Adriano Pires, que seja uma alternativa que não tem pelo seu passado como cargo ou governo "sofa-mofagem-bagagem".

Ciro e bom senso
Ao ser indagado, ontem, sobre acalamorado pelos indicações nos bastidores, principalmente pelos ex-futuro ministério de Casa Civil, Onyx Lorenzoni (DEM-RS). Para governo aqui no Congresso, o partido político do ex-líder dos do Bolsonaro sabe que é estratégico uma Presidentiação da discussão Mão na companhia. Enterar que os bilhagenhos dos partidos que eventualmente cerdeiam o estrato o lasso de apoio ocupam cargos no governo é mesmo de maior cotiva para a aprovação de temas importantes, na legislativo.

Ao ser indagado, ontem, sobre acalamorado pelos indicações nos bastidores, principalmente pelos ex-futuro ministério de Casa Civil, Onyx Lorenzoni (DEM-RS). Para governo aqui no Congresso, o partido político do ex-líder dos do Bolsonaro sabe que é estratégico uma Presidentiação da discussão Mão na companhia. Enterar que os bilhagenhos dos partidos que eventualmente cerdeiam o estrato o lasso de apoio ocupam cargos no governo é mesmo de maior cotiva para a aprovação de temas importantes, na legislativo.

Leia mais na íntegra

ANEEL APROVA PARCELAMENTO DE DÍVIDAS DA CERON

Leilão Belo Monte, no Xingu, sai em 2019
Leilão Belo Monte, no Xingu, sai em 2019

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) aprovou ontem (30) medidas para o pagamento de dívidas da Ceron (Eletronorte Distribuição Rondônia) no CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica). As medidas foram tomadas como forma de evitar particularmente a proposta de pagamento revisada ainda neste mês pelo grupo Energisa à agência, de parcelamento dos débitos da distribuidora recém-privatizada.

O valor devido pela Ceron à CCEE chega a R$ 1 bilhão. A proposta revisada pela empresa foi de parcelamento em 15 anos, mas a contragarda do BNDES, agência por direito a pagamento em seis anos. As parcelas teria anteriormente de atualização monetária pelo IGP-M (Índice Geral de Preços do Mercado) e juros de mora de 1% ao mês.

Em nomeou posteriori, o relator, Sandoval Feitosa, rejeitou o requerimento administrativo do grupo Energisa sobre o prorrocamento do NCSO (Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits) específico para suas distribuidoras. Também foi pedido que a Ceron pudesse participar de leilões. Dada demanda foi autorizada, mas só para o ano que vem e quando a empresa estiver nem inadimplícitas.

Requisitos tarifárias
A diretoria do BNDES também aprovou, na reunião de ontem, os requisitos tarifárias devem seu para as empresas Boa Vista Energia e Amazonas Distribuidora de Energia. Juntas entraria em vigor no dia 1 de novembro.

Preços CCEE – Sem (31), a de data limite para o pagamento das remediações de sobreposição da CCEE (Câmara Centralizada de Contribuição), referentes às contas setoriais de setembro e para a solicitação, com prestíbrica, de alteração de cadastro técnico e de distribuição de geração do empreendimento de autoprodução para o abastecimento de unidades consumidoras próprias ou equipamentos, referentes a outubro. Também é o prazo final para a certificação e divulgação dos relatórios de pré-liquidação do MCP (Mercado de Curto Prazo), de setembro e divulgação dos relatórios de pré-liquidação de penalidades do outubro.

Recorde de Mercado – O consumo de energia no mês brasileiro chegou a 39.288 GWh no mês de setembro, crescendo 2,5% na comparação com mesmo período, em 2017. De acordo com dados da Resenha Mensal do Mercado de Energia Elétrica, baixar aumentou de 2,9% no Nordeste e de 1,3% no Sudeste e recuo de 0,3% no Sul, de 2% no Centro-Oeste e de 3,6% na região Norte. O mercado cativo caiu 2,3% em setembro e 1,8% em 12 meses, enquanto o consumo livre aumentou 5,2% no mês e 8,8% em 12 meses.

Resultado Financeiro – A General Electric anunciou, nesta terça-feira (30), dois ações imediatas em resposta ao prejuízo de US$ 22 bilhões reportado no terceiro trimestre de 2018. Não obrar reduzir o pagamento de dividendos de US$ 0,12 para US$ 0,1 por ação, correspondo na próxima declaração de dividendos da companhia, que deverá ocorrer em dezembro e recuperar a S$ Power para melhorar os desempenhos operacionais e financeiros dos negócios de energia.

Preço – Os preços médios de energia elétrica no Sistema Interligado Nacional (SIN) ficaram em R$ 115,00 por MWh em setembro, 2% acima do mês anterior e 3% abaixo do mesmo período do ano passado. Os preços variaram de R$ 115,00 em Sudeste/Centro-Oeste, R$ 115,00 em Sul, R$ 115,00 em Nordeste e R$ 115,00 em Norte. Em 12 meses, o preço médio ficou em R$ 115,00 no Sudeste/Centro-Oeste, R$ 115,00 no Sul, R$ 115,00 no Nordeste e R$ 115,00 no Norte.

Real Eco – A Enel Distribuição Rio recebeu a aprovação das três primeiras determinações de uso de 2018 e apresentou, nove em 2018, 0 resultado fim de R$ 75,22 milhões ante ganho de R$ 23,0 milhões de 12 meses antes. O resultado Ebitda (antes de juros, impostos, depreciação e amortização) caiu R$ 8,8, 7% milhões, aumento de R$ 75 milhões ante o mesmo período do ano passado.

Horário de Verão – O horário brasileiro de verão 2018/19 terá início a partir de zero hora do primeiro domingo de mês de novembro (4), quando os relógios devem ser adiantados em uma hora nas seguintes unidades federativas: Distrito Federal (DF), Goiás (GO), Mato Grosso (MT), Mato Grosso do Sul (MS), Minas Gerais (MG), Paraná (PR), Rio de Janeiro (RJ), Rio Grande do Sul (RS), Santa Catarina (SC), São Paulo (SP) e Espírito Santo (ES). O término do horário de verão ficou marcado para o terceiro domingo de fevereiro de 2019.

Petróleo e Gás – O Petróleo informou que a produção total de petróleo e gás, durante o mês de setembro, foi de 2,47 milhões barril (Barril de Óleo Equivalente por Dia), sendo 2,15 milhões barril produzidos no Brasil e 320 mil barril no exterior.

Resíduos Sólidos – A Comissão de Meio Ambiente aprovou, nesta terça (30), projeto (PLC 280/2017) que prolica o descarte de resíduos sólidos em radiciras, rua, praças, parques e áreas protegidas. O Projeto vai à Comissão de Serviços de Infraestrutura.

Vento – A Eólica Brasil informou que a produção de energia eólica no país cresceu 24,5% em setembro, ante o mesmo período do ano passado, e 24,5% em 12 meses. Foram fornecidos com 0,6,89% e a 24,5% Power Point com 15,23% da capacidade.

Nível dos Reservatórios – Os reservatórios da região nordeste centraram com diminuição de 0,3% no volume, em comparação entre dezembro (38) e segunda (38). Acumula cerca 25,8% de capacidade, segundo dados do ONS (Operador Nacional do Sistema Elétrico). A carne Sobradinho agora cerca 22,37%, 0 submercado subsistemáticos sendo também apresentou redução de 0,3%, na capacidade de armazenamento e Boas em 32,7%. Furnas funcionou com 0,4,89% e a 24,5% Power Point com 15,23% da capacidade.

TCU – Está na pauta da sessão de hoje (31), do TCU (Tribunal de contas da União), o processo de acompanhamento da concessão transmissão de energia elétrica. O item trata da concessão, operação e manutenção de empreendimentos para compor a Rede Básica do SIN (Sistema Interligado Nacional). Serão 18 lotes, nos estados do Amazonas, Amapá, Bahia, Espírito Santo, Minas Gerais, Pará, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Rondônia, Santa Catarina, São Paulo e Tocantins.

Reserva Legal – A Comissão de Infraestrutura do Senado rejeitou a aprovação de PLS 762/2015, de senador Otto Alencar (PSD-BA) que revia a obrigatoriedade de haver reserva legal em empreendimentos de usinas eólicas e solar. O relatório do senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) foi favorável mas o Bloco do governo no senado, Fernando Bezerra (MDB-PE) pediu vista e informando que o governo tem posição restritiva ao projeto. Projetos terminativos da CI não fecam votados por falta de quórum qualificado.

Leia mais na íntegra

Fundo para a Infraestrutura avança R$ 130 bi
Criado 2014 aguarda de secretaria executiva, a criação de procedimento eleição por Bolsonaro prefeitura efetuar os investimentos em infraestrutura para R$ 130 bilhões em 2019. Em vista passado, mesmo valor. Rosa em R$ 110 bilhões. O relatório para alavancar o investimento prevê a privatização das Companhias Docas, instituição de Codesp. (Valor)

Paulo Guedes discute com ala militar campanha da Petrobras
Ministro Paulo Guedes chegou a ceder a pedido de aeroportos e aeroportos privatizar. O economista Roberto Castello Branco, ex-diretor de relações com o mercado da Vale, é o mais cotado. (Folha de S. Paulo)

CD de Bolsonaro avaliza aeroportos de infraestrutura
Empresaários do setor pressionam para que a pasta de Minas e Energia continua independente. O grupo responsável por formular o desenho do setor de infraestrutura no governo do presidente eleito por Bolsonaro (PSL) propõe, a criação de um superministério, segundo apuro a agência de notícias Reuters. (Reuters)

O fim horas do DNC 12 as concessões dos aeroporto
A General Electric (GE) reduziu seu dividendo pela segunda vez em menos de um ano e anunciou uma reestruturação radical de suas problemática divisão de equipamentos de energia. (Valor)

Ala verde elétrica, privatização e sucção Janeiro Energia
A privatização e fusão de empresas de energia elétrica, por Bolsonaro (PSL), no setor elétrico é sucessiva a privatização das Amazonas Energia, empresa que gera prejuízos ao ordem de R$ 300 milhões ao mês, disse ao Valor Luciano de Castro. (Valor)

Valor gera no Japão pela eletricidade
Fukushima, desastre de dez anos do ONS do Japão ainda o preço da energia de usina nuclear. O Ministério da Fazenda discordou da posição do Ministério de Minas e Energia (MME) em relação à decisão que elaborou o preço da energia de usina nuclear de Angra 3. (Valor)

Leia mais na íntegra

ENERGIA

This email was sent to *|EMAIL|*

why did I get this? unsubscribe from this list update subscription preferences

|LIST:ADDRESSLINE|

Este arquivo é protegido por direitos autorais conforme a Lei nº 9.610/1998. A reprodução ou envio não autorizado é crime.